

## JAPONESES EM MARCHA: MOBILIDADE TERRITORIAL E RECONSTRUÇÃO SOCIAL

ETELVINA MARIA DE CASTRO TRINDADE\*

SIDINALVA MARIA DOS SANTOS WAWZYNIAK\*

O presente estudo teve como objetivo central incorporar conceitos que aproximam as posições de sociólogos, economistas e geógrafos das novas investigações do que se pode chamar de História Territorial. Dentre essas vertentes, é importante destacar o mais recente pensamento geográfico que compreende os escritos do saber culto acerca do espaço e da superfície da terra, ou seja, das representações sistemáticas e normatizadas da consciência dos espaços habitados. No bojo desse conceito, pode-se recuperar a idéia de “ideologias geográficas” que abordam os discursos compostos pelas representações direcionadas por um viés político específico, seja para a produção do espaço material, seja para a construção dos juízos e valores que compõem as formas de consciência. São discursos que variam conforme o lugar, a sociedade e, sobretudo, a época em que foram emitidos, dentro de formas de pensar historicamente determinadas, dando à leitura da paisagem uma temporalidade própria (MORAES, 2002:42-49) .

Assim, a moderna geografia tem se preocupado, “não mais em descrever e caracterizar um território tomando-o como um acidente geográfico da superfície da terra, mas de captar uma articulação de processos sociais que resultaram em intervenções humanas nos lugares e na criação de materialidades e ordenamentos no espaço terrestre” (MORAES, 2002:15). Tal enfoque possibilita ver o território como um “resultado histórico do relacionamento da sociedade com um espaço, o qual só pode ser desvendado por meio de estudo de sua gênese e desenvolvimento” (MORAES, 2002:42-49) - uma nova concepção que resgata o diálogo da geografia com a história e a sociologia na busca da explicação das relações espaço-temporais, sociais e simbólicas. Assim, para a geografia atual, é o grupo social que ocupa o território que o define - descartando-se a idéia de uma realidade apenas natural, - e apontando para a relação sociedade-espaço-tempo.

---

\* Doutora em História Social. Docente da Universidade Tuiuti do Paraná

\* Doutora em História Social. Docente da Universidade Tuiuti do Paraná

Nessa mesma linha de interpretação, estudiosos de outros campos do conhecimento têm se interessado seguidamente pela questão da territorialidade e da regionalização, caso dos economistas e dos sociólogos. Para esses últimos, o delinear de um território vem, muitas vezes, como resultado de um ato político que é sustentado por projetos e autores sociais específicos. Assim sendo, é necessário captar também esse jogo para compreender profundamente a situação complexa de ocupação de determinados espaços.

A sociologia, a partir do seu interesse pelo transregional, o transnacional e consequentes movimentos populacionais, busca então critérios objetivos de construção de identidades sem esquecer que, na prática social, tais critérios são objetos de representações mentais e também de manifestações sociais destinadas a manipular essas imagens. Como os geógrafos, os sociólogos também descrevem de “classificações naturais” e “regiões naturais”, separadas por “fronteiras naturais”. A realidade nesse caso é social e as fronteiras estabelecidas produzem a diferença cultural da mesma forma que são produto desta. No entanto, é preciso sempre considerar que o que faz uma região não é o espaço, mas sim o tempo, a história, e seus habitantes (BOURDIEU, 1989: 107-132).

Na medida em que geógrafos e sociólogos concordam com a preponderância da sociedade, sua história e sua cultura, na criação e transmutação concreta do espaço territorial e nos fatores exógenos que podem modificá-lo, é compreensível que os historiadores também considerem o território “como construído através de uma série de práticas e de representações que se inscrevem em durações diferentes e que obedecem a dinâmicas heterogêneas, e, por vezes contraditórias”(REVEL, 1989:102). Isso se aplica sobremaneira aos estudos que se voltam aos fenômenos migratórios ocorridos no mundo, em fins do século XIX e primeira metade do século XX.

Sabe-se que muitos foram muitos os condicionantes que deram origem a esses fenômenos de deslocamentos populacionais em todos os continentes, cujas sínteses, em geral, são: "a pobreza, as dificuldades para sobreviver e a superpopulação nos países de origem".(PETRONE, 1997:95). Além desses, o universo subjetivo também foi um elemento importante na constituição desse processo. Segundo Andreazza, "ninguém migra a longa distância sem que exista um impulso, muito subjetivo, da esfera da esperança, chamado por alguns de ilusão

migratória", fundamentada na mobilidade que daria como recompensa melhores posições sociais (ANDREAZZA, 1999:15).

Assim, a imigração pode ser interpretada como o recomeço de uma história para o indivíduo ou para o grupo. A busca de caminhos sustentada em projetos de vida. Uma aventura que requer mudança de comportamento, entendimento de novos códigos, reformulação da rede de significado cultural e uma disposição para o encontro do 'outro' e para construção de novas relações sociais, "um fato excepcional na trajetória de um determinado grupo social, implicando necessariamente um recomeço". (ANDREAZZA, 1999:2). Pode-se dizer que o processo de imigração é um espaço aberto e dinâmico passível de múltiplas interpretações e recortes.

Com base nesses argumentos, pode-se considerar o estudo dos processos migratórios e sua mobilidade, e a conseqüente ocupação e transformação territorial, como uma fonte profícua para compreendê-los como resultantes de conjunturas várias que os motivaram. Nessa vertente insere-se a análise da imigração japonesa para o Brasil e a incansável marcha de seus participantes em busca de melhores condições de vida e trabalho na região sul do país.

## **1. Pelas Fazendas Paulistas**

Para reconstruir o itinerário dos imigrantes japoneses no Brasil é necessário entender o significado social e econômico da mobilidade espacial e identificar quais são os valores culturais acionados pelos nipônicos nesse processo, pois "...uma história de migrações, de deslocamentos de população, revela comportamentos, padrões de relações sociais, momentos de crise (...) traduz fenômenos culturais e, nesses e outros aspectos, as migrações permitem-nos compreender os fatos humanos – entre outros, políticos, religiosos e econômicos". (NADALIN, 2001: 8).

Ao lado disso, as migrações internas, tanto dos nacionais como dos estrangeiros, "são historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança" (MOURA, 1980: 217) que afeta a estrutura e a organização dos atores em nível psíquico e social. É um recomeço de uma vida que requer novas estratégias e a construção de novas relações.

No caso dos imigrantes japoneses, nas décadas de 1910 e 1920, o ponto de partida foram as fazendas paulistas, onde eles foram instalados na condição de trabalhadores contratados; e o principal fator do deslocamento foi a perspectiva de alterar essa condição. Nas décadas seguintes, as migrações internas no Brasil passaram a constituir um elemento de recomposição tanto da população rural (décadas de 1930 e 1940) como da urbana (década de 1950 e seguintes) seguindo o fluxo da expansão econômica. Esses imigrantes acompanharam tal movimento. Chegados a São Paulo, eram, em seguida, encaminhados às fazendas de café junto com o intérprete de cada grupo, logo após a assinatura do contrato com os fazendeiros. Nessas fazendas, já trabalhavam, além de brasileiros diversas famílias de imigrantes de outras etnias.

A chegada dos imigrantes japoneses nesses locais foi marcada por uma dupla perspectiva: a dos fazendeiros que queriam resolver o problema da falta de mão-de-obra, e a dos japoneses desejosos de encontrar a prosperidade, para eles denominada como a "árvore dos frutos de ouro". Porém, os imigrantes se depararam com uma realidade muito diferente daquela por eles imaginada. As condições de moradia que lhes eram oferecidas: casas toscas, de madeira ou de tijolos pintadas com cal, às vezes de pau-a-pique e chão de terra batida e camas feita de sacos de palha de milho geraram os primeiros desapontamentos.

Acostumados com estrangeiros de outras etnias, os fazendeiros talvez desconhecessem a profunda diferença de hábitos e costumes entre os povos do ocidente e aqueles do oriente, a ponto de não oferecer nenhuma alternativa de infra-estrutura doméstica. Por sua vez, os imigrantes tentavam detectar os elementos comuns ou semelhantes à sua cultura, para adaptá-los a sua forma de vida. Tratava-se de um processo que visava permitir a comparação entre os dois mundos, ou, como diz Roberto Da Matta, (DA MATTA, 1981) é a "transformação do exótico em familiar e do familiar em exótico"; o olhar dos estrangeiros, a partir da sua cultura. O estranhamento revelava o impacto do universo novo que passava a ser desvendado para torná-lo familiar: "(...) foram obrigados a tirar o quimono, largar a tigela e o hashi (pauzinho para as refeições) e beber café no lugar de chá. Mais do que isto, foram obrigados a reaprender o modo de pensar o cotidiano e a falar um idioma incompreensível para eles." (PARANÁ SHIMBUN, 1998: p.8).

Para seu dia-a-dia os imigrantes deveriam adquirir mantimentos e instrumentos de trabalho – enxada, foice etc. – nos armazéns, sendo as despesas anotadas em uma caderneta para posterior pagamento. Este sistema cerceava aos colonos o controle de suas despesas, pois não lhes dava base para verificação de quanto gastavam. Os armazéns facilitavam-lhes crédito para suprir suas necessidades básicas, mas ao mesmo tempo criavam uma relação de dependência, já que, nesse sistema, eles não tinham como planejar e controlar seus gastos. Esse foi durante muito tempo um fator "condicionador" da vida na fazenda. Aqueles que não produziam o suficiente, ficavam presos às dívidas.<sup>1</sup>

As condições enfrentadas pelos recém-chegados definiram sua postura na permanência e trajetória no solo brasileiro, pois o tratamento recebido era muito diferente daquele anunciado pela Companhia de Emigração, antes de saírem de sua terra natal. "A terra prometida, a fartura e a riqueza rápida" (PARANÁ SHIMBUN, 1998: p.5) estavam longe de ser alcançadas, a curto prazo. Descontentes, muitos imigrantes negavam-se a trabalhar como lavradores, não queriam renovar o contrato com o fazendeiro ou fugiam. Os fazendeiros também reclamavam das dificuldades dos japoneses em se fixar num local, do despreparo para o trabalho no campo e das constantes fugas, que acarretavam prejuízo à lavoura, como relata Henrique P. Ribeiro, fazendeiro de São Martins, São Paulo:

*Como sabeis, nos foram enviadas 34 famílias e, a 4 destas foi concedida permissão pela administração desta fazenda para se retirarem, por não quererem trabalhar na lavoura, alegando que eram negociantes; 11 famílias fugiram durante a noite. As 19 restantes, apesar de não serem em geral agricultores, estão trabalhando com ambição; parecem satisfeitos; são econômicos; já fizeram alguma plantação de cereais para si e compraram alguma criação. (PARANÁ SHIMBUN, 1998: p.12)*

Alguns fazendeiros, porém, demonstravam satisfação com a mão-de-obra dos imigrantes japoneses, às vezes chegavam a tecer elogios, como pode ser lido na carta de Fábio Ramos, de 22 de fevereiro de 1911:

*Tenho esta fazenda há 18 anos e conquanto eu tenha tido sempre colonos bons e constantes, nunca tive melhores que os atuais japoneses. São inteligentes, asseados, trabalhadores, obedientes, muito ordeiros, comunicativos, alegres e*

---

<sup>1</sup> Vale salientar que esta problemática foi vivenciada por imigrantes de outras etnias como italianos e suíços, não se tratando de uma particularidade exclusiva do japonês.

*muito sadios. Fizeram uma grande parte da colheita de café passada, mostrando-se muito hábeis neste trabalho, e nas capinas dos cafezais vão trabalhando a meu contento. Adaptaram-se perfeitamente ao nosso meio. Alimentam-se mais ou menos como os outros colonos e apreciam muito o café. Estou muito satisfeito com estes novos colonos, que em oito meses ainda não me deram o menor desgosto (PARANÁ SHIMBUN, 1998: p.8.)*

A carta destaca, entre outros atributos, a capacidade de trabalho e a educação, dois elementos que viriam a compor a representação dos japoneses na sociedade receptora. Faz menção também ao intérprete, a quem cabia fazer a mediação entre o patrão e os empregados, principalmente nos dias de pagamento, e acompanhava os imigrantes às compras nas cidades mais próximas à fazenda.

Da primeira leva de imigrantes, alguns abandonaram as fazendas sem cumprir os contratos, outros cumpriram o contrato e saíram para as fazendas vizinhas, outros ainda, entre eles aqueles que vieram com uma profissão ou ofício e, portanto, não conseguiram se adaptar à atividade agrícola, procuraram novas ocupações.

Observa-se que esse deslocamento acompanhava o fluxo de desenvolvimento da agricultura paulista. Até o final da década de 1920 eram raros os que saíam das fazendas com destino ao Paraná, e aqueles que assim o faziam, buscavam outra condição de vida.

## **2. Em Terras Paranaenses**

Os irmãos Jingoro e Missaku Hara e a esposa deste, por exemplo, chegaram a São Paulo em 1913 e em 1917 vieram para o Paraná deixando a condição de trabalhadores contratados para assumir a de pequenos proprietários de terra, na cidade de Antonina, dando início a um investimento que permitiu ao seu grupo familiar melhor situação. Eles haviam trabalhado na fazenda São Rafael, na Estação Pedreira, em São Paulo. Depois de dois anos, ao término do contrato, foram trabalhar na fazenda Paraguaçu, na Estação Taquaritinga e permaneceram lá por mais dois anos. Em 1917, Missaku foi procurado por Takashi Watanabe que intermediava a venda de terras no litoral do Paraná – Antonina, numa localidade rural chamada Cacatu. Ele aceitou a proposta, influenciado pela experiência vivenciada em sua terra natal. No Japão, a família trabalhava com transporte de madeira na região costeira e com a perda do barco durante uma tempestade eles resolveram vir para o Brasil "ganhar dinheiro para

comprar outro barco". Portanto, sua escolha aproximava-se do que tinha deixado para trás no momento em que decidiu migrar. Ele aceitou a proposta, comprou 200 alqueires de terras e chegou nesse mesmo ano em Antonina. Segundo seu relato, "o entusiasmo foi muito grande. Se estivesse no Japão, era impossível imaginar ser dono de tamanha propriedade. Assim, para cultivar naquela terra ainda em estado natural, era preciso muita mão-de-obra." Para desenvolver a propriedade Missaku contou com o grupo familiar. (SETO e UYEDA, 1995). Esse relato revela o espírito comunitário e solidário da unidade familiar japonesa, na medida em que as ações dos membros do grupo estavam voltadas para atingir o mesmo objetivo. Durante a década de 1930, Missaku ampliou seus negócios abrindo uma firma comercial "Missaku Hara"<sup>2</sup>, Engenho de Beneficiar Arroz e Comercialização de Secos e Molhados. Em 1932, manteve um depósito de bebidas em Curitiba, na Rua Fontana, esquina com a Rua Cândido de Abreu, hoje Centro Cívico. Em 1941 abriu uma sociedade comercial para vendas de "armarinhos, fazendas, ferragens, secos e molhados", tendo como sócio seu filho Chuniti Hara e um conterrâneo Kikuji Nojiri.

Aqueles que chegaram ao Brasil na década de 1930 de certa forma seguiram percurso semelhante ao da primeira leva, embora alguns já tivessem desembarcado como pequenos proprietários, mas a escolha do próximo destino quase sempre foi o norte do Paraná.

Em seu livro de memórias, H.C. dedica um espaço à mobilidade da família demonstrando a importância que dá ao fato:

A trajetória da família aqui no Brasil. Neste período seguiu o seguinte caminho:

1933: Santos – Chegada da família no Brasil

1933-1938: Fazenda Tietê – São Paulo

1938-1940: Fazenda São Domingos –SP

1940-1943: Bastos - SP

1943-1955: Assai – PR

Depois:

1955- ... Curitiba – PR (H.C)

A família de A.S.I. também realizou vários deslocamentos, mas sua "remigração" se deu após ter se formado (1945) em um curso superior de contabilidade, em São Paulo

---

<sup>2</sup> Conforme registro na Junta Comercial de Antonina em 28 de agosto de 1938.

(SP). *"Tinha agora, como apoio, um diploma e esperava com isto dar uma ajuda melhor aos meus familiares."* (A.S.I.). Mesmo depois de formado, não conseguiu receber seu diploma, pois uma lei, promulgada pelo governo de Vargas, cerceava aos estrangeiros o exercício de profissão liberal. Recebeu, na época, um certificado de conclusão de curso.<sup>3</sup> Diante desse panorama político e social, ele resolveu migrar para o Norte do Paraná. Em março de 1946, escreveu uma carta para seu pai explicando seus motivos, pedindo-lhe que o perdoasse, afirmando que agia para o bem de todos e que só desejava conseguir uma posição melhor na vida para sua família. Prometia que assim que estivesse estabelecido, voltaria para buscá-los. Saiu na calada da noite em direção da Estação de Sorocaba para pegar o trem com destino a Londrina, no Estado do Paraná: "Assim que o trem se movimentou, respirei descansado. Senti, contudo, que no som do apito da locomotiva bailava a minha saudade do pai, das minhas irmãs e dos meus irmãos que deixei dormindo. Mas isso era apenas um detalhe nos meus projetos." (A.S.I.)

À época da fuga de A.S.I., Londrina já havia se tornado centro aglutinador tanto de outros núcleos urbanos como de população. A economia cafeeira dava evidentes sinais de que assumiria a dianteira do desenvolvimento paranaense. Com o término da Segunda Guerra, o volume de café exportado pelo Brasil não conseguia acompanhar o aumento da demanda, os preços triplicaram, assim como a expansão do plantio no Norte do Paraná. E levas de imigrantes nacionais e estrangeiros continuaram a se fixar na região.

É que a partir da década de 1920, o Paraná "foi objeto de experimento maciço de colonização privada, baseado na pequena e média propriedade agrícola, que deu lugar a um crescimento demográfico extraordinário". (BALAN, 1973:49). Para Balan, essa experiência foi calcada em

*(...) uma expansão do capital em direção à atividade agrícola em terras boas, de preço relativamente baixo, que em condições propícias do mercado interno e externo oferecem rentabilidade favorável (em comparação, por exemplo, com a agricultura paulista ou sulina) e que atrai trabalhadores com freqüência possuidores de pequenos capitais que podem invertê-los em compra de terra, trabalhadores esses com certa qualificação e em busca de oportunidade de ascensão. (BALAN, 1973:51).*

---

<sup>3</sup>Esta lei só foi revogada no governo de Gaspar Dutra (1945-1950).



Por tudo isso, tornou-se um espaço com excelentes perspectivas para o imigrante japonês realizar o projeto que havia dado origem a sua saída do Japão, assumir uma nova condição, a de pequeno proprietário independente.

Tal possibilidade ganharia contornos bem definidos na década de 1930, quando no norte do Estado, a Companhia de Terras do Norte do Paraná, de capital inglês, começou a desenvolver um sistema de colonização "marcada pelos símbolos e pela racionalidade da civilização tecnológica: a ferrovia, verdadeiro ícone da modernidade; a intensa e sistemática propaganda imobiliária; o urbanismo geometrizar; o elogio do 'cálculo frio e analítico' do planejamento dos ingleses" (BENATTI, 1997: 27).

Segundo Cecília Maria Westphalen,

*Toda área colonizada pela Companhia de Terras do Paraná foi dotada de boas estradas, colocando as propriedades rurais com comunicação fácil com os centros urbanizados e facilitando o escoamento da produção. Milhares de colonos com suas famílias vieram desta maneira radicar-se no Norte do Paraná, tornando-se logo proprietários de suas terras, onde via de regra, plantavam café e tinham ainda pequena lavoura de subsistência. (WESTPHALEN, 1968: 52).*

A representação do Paraná como um "estado em construção" também contribuiu para o deslocamento de uma população para o Norte do Estado. Ao lado disso, Graham relaciona outros fatores que interferiram no desenvolvimento do Paraná:

*...A natureza eminentemente "agrícola" da explosão do seu desenvolvimento econômico, as características da sua cafeicultura, as qualificações dos imigrantes paulistas que ali se fixaram e, sobretudo, a natureza das políticas de distribuição de terras e de colonização ali implementadas, que deram prioridade à pequena propriedade, foram fatores que, durante esse período, mantiveram a população ligada à terra e o crescimento dos centros urbanos em nível inferior ao que poderia ter ocorrido se tivessem prevalecido outras condições. (GRAHAM; HOLANDA, 1980: 751).*

Uma vez que o preço das terras e o parcelamento da dívida facilitavam a compra e o pagamento, o imigrante poderia concretizar sua meta de transformar-se em um pequeno proprietário e assim viabilizar sua ascensão social no cenário rural. A ele restaria ainda a possibilidade de investir em um empreendimento e ser independente a partir da criação de seu próprio "negócio".

Outro fator de atração desses imigrantes para a região teria sido a atuação da companhia japonesa Yugen Sekinin Buraziru Tokosyoku Kumiai-BRATAC, que instalava os pequenos proprietários em terras de qualidade e se responsabilizava pela assistência médica, pelo repasse de técnicas agrícolas e subsídio financeiro. (PADIS, 1981: 90). O objetivo da BRATAC era fazer com que os imigrantes japoneses se espalhassem em todo o território nacional organizados social e economicamente, além de desenvolverem as demais atividades no processo de colonização; isto, com vistas a direcionar a produção das colônias do Brasil para o mercado exterior, em especial, fornecendo matéria prima para a indústria japonesa. Em 1931, essa companhia instalou imigrantes em vastas áreas destinadas ao cultivo de algodão. Nessa região surgiram as cidades de Uraí e Assai.

A formação do núcleo de imigrantes japoneses em Três Barras aconteceu depois que o governo paulista limitou o plantio de café em seu estado, a partir de 1932 na esteira da crise de 1929. Na criação desse núcleo, a BRATAC deu prioridade aos imigrantes "antigos", ou seja, àqueles que já moravam no Brasil, "que já conheciam a vida brasileira" e tinham experiência em lidar com a terra.

Inicialmente, os imigrantes chegavam a Três Barras (posteriormente Assai) e começavam plantando café, acreditando e alimentando ainda o sonho da "árvore do fruto de ouro". Mas a "ocorrência de geadas que queimavam as plantações", com frequência, levou-os a "plantar algodão intercalar com o café", inovação que foi introduzida por Tomotada Ikeda. Pioneirismo, inovação e capacidade empreendedora são algumas das qualidades que identificam um líder em sua comunidade; esse alguém catalisa as ações mais emblemáticas contribuindo para que "os outros" o transformem em signo. A esse respeito Chartier diz que: "As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas". (CHARTIER, 1990: 17).

Nessa segunda metade da década de 1940, as duas cidades continuam atraindo imigrantes, por conta das oportunidades de trabalho. Como relatado anteriormente, A.S.I. que se alojara num hotel em Londrina, nem chegou a desfazer sua mala, porque o administrador ao saber que ele era contador lhe disse que em Assai ele

encontraria trabalho com mais facilidade. E já no dia seguinte ele tomou a jardineira rumo a essa cidade. Ao chegar, uma de suas primeiras preocupações foi se apresentar à repartição policial: "Eu sabia que todos os forasteiros, especialmente os de origem japonesa, tinham por obrigação comparecer àquela repartição munidos de documentos. A atmosfera estava carregada de desconfiança contra os japoneses e ali, em Três Barras, bem como na cidade vizinha de Uraí..." (A.S.I.)

Na delegacia, ele avistou no pátio quarenta e dois japoneses, que lá estavam presos há quarenta dias. Eram, em sua maioria, idosos que não falavam a língua portuguesa e que, portanto, tinham dificuldades para comunicar-se. O escrivão lhe contou que faziam parte da organização Shindo Renmei<sup>4</sup>, cujos membros recusavam-se a admitir que Japão havia perdido a Guerra. Colocando-se como mediador e intérprete, A.S.I. encaminhou um processo e esclareceu ao promotor

*...que os presos não estavam agindo contra a integridade nacional ou autoridades constituídas. Eles opunham-se, simplesmente, a acreditar que o Japão houvesse assinado a rendição incondicional com os aliados. Por não saber ler em português estavam longe de saber o que a imprensa noticiava..*  
(A.S.I.)

A defesa de A.S.I. foi aceita, os imigrantes foram libertados e ele foi nomeado tradutor "oficial" da língua japonesa, e convidado pelo Interventor da Cooperativa Agrícola de Três Barras para compor a equipe de contadores. Logo abriu seu escritório contábil e em 1948 comprou alguns lotes e construiu duas casas, uma para ele e outra para seu pai e irmãos. Em 1949 ele solicitou o certificado de naturalização, formou-se e foi eleito presidente do Diretório Municipal de Assaí do Partido Social Trabalhista.

Embora não se possa generalizar, o processo de mobilidade espacial mostrou-se estratégia bem-sucedida de inserção do imigrante e seus descendentes em diferentes universos sociais.

---

<sup>4</sup> Movimento formado pelos japoneses no Brasil, que não acreditavam na derrota do Japão na Segunda Guerra Mundial. A rendição do Japão ocorreu em 15 de agosto de 1945, e a falta de acesso, de alguns imigrantes, de informações na época causou a divisão da comunidade em dois grupos *kachigum* (os que acreditavam na vitória do Japão) e o *makegumi* (os que tinham consciência da derrota).

### 3. Enfim, a Capital

Hisashi Kawase (KOJIMA, 1991:.22) chegou ao Brasil em 1927, permaneceu em São Paulo por quatro anos, voltou para o Japão para casar e retornou ao Brasil com a esposa. Em 1931 saiu de São Paulo, vindo morar em Curitiba. Chegando à cidade encontrou muitas dificuldades para manter seu grupo ou família. Lembra que nessa época, "em Curitiba não podia sustentar a vida com horticultura. A terra era árida e o clima era rigoroso." (KOJIMA, 1991:.22). Estas dificuldades, segundo Kawase, levaram muitos imigrantes japoneses a deslocarem-se para outras regiões próximas da cidade, ou para o litoral, Morretes e Antonina, "para plantar hortaliças e vendê-las no inverno em Curitiba. Kawase decidiu ficar em Curitiba por causa da educação dos filhos e passaram a "criar vaca de leite. Naquela época, vendendo 20 garrafas, podiam levar a vida e ninguém tinha visto leiteiro japonês. Trabalhava de manhã bem cedo e vendia o leite nos hotéis. Ficaram meus fregueses." (KOJIMA, 1991:.23).

De fato, os japoneses ainda eram raros em Curitiba. Os censos de 1932 a 1933 mostram que ali residiam 17 famílias japonesas, com 62 pessoas, e mais 21 solteiros. Na década de 1950, a União dos Gakusseis de Curitiba registrou a existência 252 famílias, com 1.638 pessoas. (KOJIMA, 1991:.24). Esse crescimento evidencia que chegada desses imigrantes concentrou-se em dois momentos. Um deles se deu no início do século XX, por volta de 1910, quando chegaram os primeiros imigrantes, sozinhos ou com a família e se instalaram no centro da cidade e nos arredores. O segundo momento correspondeu ao transcorrer da II Guerra Mundial e ao período pós-guerra (1940-1950).

A.S.I. é um dos remigrantes desse período. Chegou a Curitiba no ano de 1950, segundo seu livro de memórias, "*para trabalhar e estudar*", quando a cidade comemorava algumas conquistas relativas à educação superior. Em 1946, a Universidade do Paraná havia sido reconhecida pelo governo federal e desde então vinha acalentando a aspiração de ser federalizada, o que veio a ocorrer em dezembro de 1950. Nessa condição a agora Universidade Federal do Paraná poderia ser mais acessível a todas as camadas sociais. Considerando a importância que os japoneses conferem à educação, para eles um valor que permitiria a ascensão social, pode-se pensar que essa universidade estava mais ao seu alcance.

Desde a década anterior, Curitiba estava sendo pensada "dentro de rigorosa técnica urbanística" (TRINDADE, 1998), com vistas em um crescimento ordenado que não a compromettesse no futuro. Isso se dera mediante a realização de um plano a cargo do arquiteto-urbanista francês Alfred Agache<sup>5</sup>, que viera ao Brasil para atender outras cidades como o Rio de Janeiro. O Plano Agache, finalizado em 1943, entre outras melhorias, previu largas avenidas, a setorização das atividades urbanas, um centro administrativo. Além disso, nesses anos quarenta:

*Juntamente com a expansão da área física, aumentava o papel da Universidade frente à sociedade paranaense. A administração ampliou-se e foram criados os Institutos de Pesquisa e o Conselho de Pesquisas, bem como novos cursos e órgãos complementares. Atividades diversas passaram a fazer parte do dia-a-dia da instituição, com as apresentações do coral universitário, e instalou-se o Museu de Arqueologia e Artes Populares em Paranaguá. (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. 1998: 48).*

Ao que parece, A.S.I. acertou ao escolher Curitiba para a renovação dos seus propósitos de vida, trabalhar e estudar. Sobre isso, eis o seu relato:

*...continuei com o meu escritório de contabilidade, onde julgava-me mais seguro. Como nunca é demais aprender continuei freqüentando palestras e cursos de extensão, não somente ligados à minha profissão, mas também de filosofia... Em 1952 inscrevi-me no Curso de Evolução do Pensamento Econômico, ministrado pelo professor Raul Paul Hugon, promovido pela Universidade Federal do Paraná. (A.S.I.)*

Num contexto desenvolvimentista, o Paraná cresceu impulsionado pela cultura cafeeira e Curitiba traduzia esse progresso na perspectiva de apresentar-se como metrópole. (TRINDADE, 1998). Em termos populacionais, esse processo de crescimento ficaria evidenciado na década de 1960: a população curitibana que na década de 1950 totalizava 179.208 na década seguinte quase dobraria, passando para 361.309 habitantes (IBGE). Da mesma forma, registrou-se um aumento da etnia japonesa na cidade; havia um total de 1.000 famílias, com 6.500 pessoas, sendo 78% na região urbana e 22% na região rural da cidade.

No transcorrer das décadas citadas, esta comunidade passou a crescer com "a vinda dos nisseis que procuravam o curso superior da capital" (TRINDADE, 1998). A busca pela educação foi um forte motivo, porém, não o único, pois nesse período os

---

<sup>5</sup> Fundador da Sociedade Francesa de Urbanismo. Vinha estabelecer um plano urbanístico – como já o fizera em Camberra (Austrália). (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Curitiba**. Curitiba: PMC, 1995).

imigrantes japoneses que chegavam ao território curitibano viviam um momento muito particular: o Japão perdera a Guerra e a sociedade japonesa enfrentava um processo de reestruturação social e econômica pós-conflito. Com isso, os imigrantes perderam a perspectiva de retornar no menor tempo possível para o Japão e, conseqüentemente, passaram a investir em terras brasileiras comprando propriedades, abrindo pequenos negócios, investindo na educação e profissionalização de seus filhos e participando mais ativamente da comunidade local, criando associações e templos.

Algumas vezes mostrava-se mais viável adquirir terras ao redor de Curitiba. Foi assim, por exemplo, que nasceu em 1958, numa área de 130 alqueires, "cercada por uma pequena floresta de araucárias", o núcleo japonês Hayao Washida, composto por 27 famílias que se dedicavam ao cultivo de "frutas como pêras, pêssegos, ameixas e uva, além de hortaliças." (SALVATORI, 1988). Esse núcleo, situado a 36km de Curitiba, foi fundado por Washida, antigo morador de Cacatu, em Antonina. Saiu desta colônia no período da Segunda Guerra Mundial, quando era vedado aos imigrantes dos países do Eixo permanecer em área litorânea, para o interior de São Paulo onde passou a incentivar a vinda de imigrantes para o Paraná. De volta a Curitiba, comprou terras na região de Araucária e passou a fazer um loteamento. Este loteamento deu origem à construção de um espaço que permitiu o desenvolvimento e o crescimento da população japonesa em Curitiba e arredores.

As vinte e sete famílias reunidas por Washida adquiriram pequenos lotes e passaram a se estruturar a partir de suas experiências de vida. Tentaram recriar elementos da sua cultura no universo do trabalho e de moradia: "em cada casa da colônia existe uma marca da cultura oriental. Desde um pequeno 'matsu' (pinheiro japonês) plantado no quintal até objetos de decoração". (SALVATORI, 1988)

Quanto à integração na comunidade, as recordações de A.S.I. falam de seu empenho em participar da sociedade local, sem, no entanto, descuidar de um dos mais importantes traços culturais para os imigrantes, a língua de origem:

*Colaborei na fundação da Sociedade Cultural e Esportiva Pinheiros, de cuja diretoria fiz parte por muitos anos, bem como da Sociedade Cultural Nipo-brasileira e da Sociedade Beneficente Nipo-brasileira do Paraná. Com a colaboração do Major Ubirajara Brandão fundei o Centro Cultural Nipo-brasileiro, com a finalidade de divulgar a cultura e a língua japonesas... (A.S.I.)*

Outro fator de atração dessas famílias imigrantes para Curitiba parece ter sido principalmente a educação universitária e a conseqüente profissionalização de seus descendentes.

#### **4. Em síntese ....**

Durante todo o período de migração observado por este estudo (1908-1970), os imigrantes japoneses não deixaram de refletir em sua organização de vida no Brasil o dilema que se instalara no próprio Japão, a coexistência da tradição e da modernidade.

Seguindo a política de emigração do governo japonês, a maior parte deles desembarcou em território brasileiro, principalmente aqueles que vieram até a década de 1930, com o firme propósito de enriquecer o mais rápido possível e retornar em melhor situação ao seu país. Para cumprir essa meta, inicialmente aceitaram toda e qualquer condição de trabalho e de vida, sem deixar, porém, de alimentar o mais forte dos elos que os unia ao Japão, a comunicação em língua materna.

Pouco tempo depois, muitos deles começaram a percorrer as fazendas paulistas, rompendo ou não os contratos, procurando aliar mobilidade e trabalho – um dos traços culturais fortemente consolidado nessa sociedade – ainda sem perder de vista o retorno à terra de origem. Contudo, a conjuntura político-econômica do Japão (Primeira Guerra Mundial e crises da economia na década de 1920) e a dificuldade do enriquecimento aos poucos iam afastando essa perspectiva e exigindo uma nova orientação de seus propósitos.

Foi o momento em que grande parte desses imigrantes começou a investir na alteração de sua condição social: de trabalhador contratado a pequeno proprietário. E uma vez mais a tática posta em prática seria o deslocamento, agora para novas frentes de oportunidades e para locais onde o seu núcleo seria fortalecido. Esse foi o período em que o próprio governo japonês, via empresas colonizadoras, tornaria disponíveis formas de aquisição de terras, que também facilitariam a organização social dos japoneses no Brasil. E aqui parece que estava sendo recriado mais um traço comum a essa cultura, o *mura*, uma comunidade sustentada na ajuda mútua.

Por outro lado, à medida que a década de 1930 avançava, aprofundavam-se também as restrições aos imigrantes até que a posição do Japão perante o conflito mundial fez com que o governo brasileiro promovesse uma estreita vigilância sobre eles. Assim,

*...A Segunda Guerra Mundial não é apenas um marco que a memória coletiva do grupo consagrou para definir uma nova estratégia de inserção no país, mas um marco definido desde o exterior da comunidade e que representou deportação, expulsão e repressão cultural a qualquer traço cultural japonês. (CYTRYNOWICZ, 2000:140).*

Por outro lado, o comportamento do imigrante não foi homogêneo, uma vez que nem todos aceitaram a derrota do Japão e mesmo a "integração". Este foi caso dos japoneses que se organizaram na Shindo Renmei (Liga do Caminho dos Súditos), que "mantinha a crença na imortalidade do imperador e na invencibilidade do Japão, combinada a uma ideologia antiamericana e antidemocrática, associando-se também ao anti-semitismo".(CYTRYNOWICZ, 2000:140).

Portanto, parece que houve entre os imigrantes uma cisão entre aqueles que entendiam ser oportuno pensar em novas formas de sobrevivência na terra de adoção e aqueles que resistiam a essa idéia. Pode-se, porém, ir mais longe e emprestar a esse fato as características de um conflito cujas raízes estavam no Japão, antiimperialista e imperialista; ou renúncia à divindade do imperador ou lealdade a essa divindade. Em síntese:

*Estes dois grandes acontecimentos – o fim da guerra e a derrota nacional – junto à conseqüente norte-americanização do Japão, não significaram, de modo algum, a morte da tradição mítica; embora a anti-racionalismo tenha chegado a seu fim, essa tem-se mantido durante quinze séculos.(OSHIMA, 1991: 20)*

Após esse período os imigrantes e seus descendentes passariam a seguir outro padrão de inserção nas diversas dimensões sociais: ascensão pela educação e profissionalização, bem como demarcações de espaços de sociabilidade, promovendo um novo fluxo de mobilização.

Nessa movimentação houve uma reelaboração do seu universo cultural, na qual os imigrantes japoneses negociaram e realizaram trocas sociais estabelecendo uma relação de reciprocidade. Para manter o elo de pertencimento à sociedade de origem e, ao mesmo tempo, negociar os termos de sua inserção em uma outra sociedade, eles



buscaram em sua tradição os fatores que lhes possibilitaram a construção de uma representação simbólica em terras estrangeiras.

Nesse sentido parte-se do pressuposto que os valores família, trabalho, educação e religião foram sendo traduzidos para atender ao processo de conformação da identificação, identidade e representação dos nipônicos, e ao mesmo tempo a constituição de uma entidade simbólica – “a colônia” - que os ligavam ao mesmo território e aos mesmos valores étnicos.

Esses valores culturais entrelaçados permitiram a construção de uma etnicidade fundada no pertencimento e na reciprocidade. Eles exerceram a função de aproximar os japoneses pela mentalidade. Dessa forma, os nipônicos já estavam “juntos” mesmo quando percorriam as fazendas e núcleos, ou se fixavam territorialmente. Com isso, o campo simbólico foi sendo tecido estrategicamente por sinais e signos traduzindo uma particularidade cultural que criou “um sistema de relações apenas possível dentro dos limites da comunicação cultural”.(CARDOSO, 1998:173) Então, tornou-se factível a criação dessa entidade simbólica, que neste estudo está sendo denominada “Colônia”.

Esse conceito não diz respeito a uma concentração populacional de imigrantes japoneses nem a um espaço geográfico determinado, mas a uma representação simbólica, construída e mapeada pelo imaginário coletivo dos nipônicos na terra estrangeira.

Nessa perspectiva, a “Colônia” se expressa como uma representação da tradição japonesa de organização comunitária, que está sedimentada em “um conjunto de práticas, normalmente reguladas, por regras tácitas ou abertamente aceitas, tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visando inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”. (HOBSBAWM ; RANGER, 1997: 9)

A constituição de uma entidade dessa natureza só foi exequível porque os imigrantes articularam estratégias de mobilidades que tinham como referência a população japonesa dos locais para os quais se dirigiam. Essa freqüente mobilidade foi gerando no decorrer das trajetórias um elemento fomentador de uma rede de comunicação entre eles no Brasil, na medida em que tinham de estar em constante contato.

A partir da década de 1930, a “Colônia” estabeleceu um elo que propiciou a constituição de uma rede de solidariedade permitindo-lhes a sobrevivência, nos núcleos, nas pequenas cidades e nos centros urbanos. Após a Segunda Guerra, passou a desempenhar um papel importante na organização da vida dos imigrantes e seus descendentes, uma vez que foi se tornando, para além de ponto de referência e aglutinadora das ações, uma possibilidade sempre aberta para o estreitamento de vínculos entre eles.

## REFERÊNCIAS

ANDREAZZA, Maria Luiza. **Paraíso das delícias**: um estudo da imigração ucraniana (1895-1995). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999.

BALAN, Jorge. Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativo. **Revista Estudos CEBRAP**, n.5, jul./ago./set. 1973.

BENATTI, Antonio Paulo. **O centro e as margens**: prostituição e vida boemia em Londrina (1930-1960). Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1997.

BOLETIM INFORMATIVO DA CASA ROMÁRIO MARTINS. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v.22, n.107, p.17, out. 1995.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

CARDOSO, Ruth. **Estrutura familiar mobilidade social**: estudo dos japoneses no Estado de São Paulo. São Paulo: Kaleidos-Primus Consultoria e Comunicação Integrada, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra**: a mobilidade e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Geração Editorial: Edusp, 2000.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando**. Petrópolis: Vozes, 1981.

GRAHAM, Douglas H.; HOLANDA FILHO, Sérgio Buarque. As migrações inter-regionais e urbanas e o crescimento econômico do Brasil. In: MOURA, Hélio A. **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980.

HANDA, Tomoo. **O imigrante Japonês**: história de sua vida no Brasil. São Paulo: Ed. T.A. Queiroz e Centro de Estudos Nipo-brasileiro, 1987.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HUCITEC; Curitiba: Co-edição Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

KOJIMA, Shigeru. **Um estudo sobre os japoneses e seus descendentes em Curitiba**. Curitiba, 1991. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação da UFPR.

- MORAES, A.C.R. **Território e História do Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 2002.
- MOURA, Hélio A. **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980.
- NADALIN, Sergio Odilon. **Paraná**: ocupação do território, população e migração. Curitiba: SEED, 2001.
- OSHIMA, Hitoshi. **O pensamento japonês**. São Paulo: Escuta, 1991.
- PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. São Paulo:
- PETRONE, M. T. S. Imigração. In: BORIS, Fausto. **O Brasil republicano**. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.95. v.2.
- REVEL, Jacques. **A invenção da sociedade**. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- SALVADORI, Sandra. Colônia japonesa esquecida só mantém tradição agrícola. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 28 maio 1988.
- SETO, Cláudio; UYEDA, Maria Helena. **Ayumi - caminhos percorridos**: memorial da imigração japonesa – Curitiba e Litoral do Paraná. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002. (Depoimento a Cláudio Seto e Gilberto Hara. Curitiba, 20 de janeiro de 1995)
- SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, Hélio A. **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980.
- TRINDADE, Etelvina Maria de Castro (Coord.) et al. **Cidade, homem e natureza**: uma história das políticas ambientais de Curitiba. Curitiba: Unilivre, 1997.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Rumo da pesquisa**: uma história da pesquisa e pós-graduação na UFPR. Curitiba: UFPR, 1998.
- WESTPHALEN, Cecília Maria. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. **Boletim do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, n.7, 1968.